

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Lourenço Bezilense

Class.: 211

Data: 29/09/91

Pg.: _____

Bispo apóia missionários na Amazônia

O processo de internacionalização da Amazônia está em curso desde a década de 60 e hoje conta com o incentivo e a colaboração do Governo, não sendo culpa das missões religiosas. A declaração é do presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Aparecido José Dias, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a atuação de missões religiosas estrangeiras nas áreas de garimpo de Roraima, provocando a internacionalização da Amazônia. A participação do Governo nesse processo, segundo dom Aparecido, está evidenciada nas mudanças do texto constitucional — "Emenda" — encaminhadas ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Collor. Um dos itens do "Emenda" sugere a abertura ao capital estrangeiro, abrandando o conceito do que venha a ser empresa nacional.

Na esteira da internacionalização da Amazônia dom Aparecido denuncia o "genocídio" e a invasão das terras dos índios ianomami, mayongong, makuxi, wapixana, taurepang e ingarikó por garimpeiros. Mas a atuação da Igreja vem sendo questionada e criticada por pessoas estabelecidas na região, como Benedito Magalhães, que encaminhou uma fita gravada ao relator da CPI, deputado Avenir Rosa (PDC-PR). Na gravação, ele garante que a atuação dos religiosos é "pejorativa" e que está "provocando uma lavagem cerebral nos índios".

O presidente da CPI, deputado Átila Lins (PFL-AM), disse que o objetivo da comissão não é julgar a atuação da Igreja, "mas saber se realmente há um processo de internacionalização". No depoimento de 28 páginas, o presidente do Conselho Indigenista Missionário, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), confirmou a existência de 130 aeroportos clandestinos na região que "ainda não foram destruídos porque as determinações judiciais nunca foram integralmente cumpridas pelas autoridades".

Operação Amazônia — Em seu depoimento, o presidente da Cimi credita a ocupação da Amazônia não aos religiosos, mas "a políticos

IVALDO CAVALCANTI



Dom Aparecido (E) depõe na CPI e culpa o Governo pela internacionalização da Amazônia

brasileiros que promovem os interesses econômicos de grupos internacionais". Dom Aparecido cita o relato do escritor Márcio Souza sobre a chamada **Operação Amazônia**, uma celebração de 50 projetos nos campos da agropecuária, açúcar, juta, arroz, oleaginosas e produção mineral: "Esta operação foi lançada a bordo do luxuoso transatlântico Rosa da Fonseca, numa viagem de nove dias entre Manaus e Belém, com representantes brasileiros, do sudeste asiático, Peru, Alemanha, Estados Unidos, Malásia, México e Suécia", disse o religioso.

Esse evento, garante, foi o ponto de partida para abertura das fronteiras da Amazônia, "com a instalação de grandes ranchos de gado, estimulada por generosos incentivos fiscais, em extensas faixas de terra para esses grupos estrangeiros". De acordo com um documento do CNPq, são mais de 367,6 mil quilômetros quadrados nas mãos do capital estrangeiro, área superior aos estados de São Paulo e Santa Catarina. Existem, na Amazônia, 193 grupos internacionais com negócios na região, entre eles o Brascan/British Petroleum e a Anglo American (Bozzano Simonsen).

Dom Aparecido lamentou que "o roteiro dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito esteja baseado num documento escandalosamente falsificado, o papelucho Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0. Segundo dom Aparecido, o suposto "documento" foi preparado por um "falsificador ideológico", Mauro Rodrigues Nogueira, e utilizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em agosto de 1987, para pressionar os constituintes a não aprovarem os artigos que hoje garantem os direitos indígenas. No entanto, lembra o bispo, o "documento", foi completamente desmoralizado pelo senador Ronan Tito, durante Comissão Parlamentar Mista de Inquérito naquele mesmo ano.

Outro problema apontado pelo presidente do Cimi refere-se ao objetivo da CPI, que é "verificar a existência de aeroportos clandestinos e atuação de missões religiosas estrangeiras na área de garimpo de Roraima, provocando a internacionalização da Amazônia". Ele não vê qualquer relação entre uma coisa e outra. A primeira questão, afirma, refere-se à invasão, por garimpeiros, especialmente das terras dos

ianomami, um problema que já deveria ter sido resolvido há muito tempo.

Sobre a internacionalização da Amazônia, o presidente do Cimi considera que a questão "não é impedi-la — esta já aconteceu —, mas garantir a devolução da Amazônia ao Brasil". Segundo ele, a entrega da região aos interesses estrangeiros ocorreu a partir de 1967 pelo então ministro do Planejamento Roberto Campos, e vem ocorrendo desde então "sob a convivência e o amparo do Governo Federal e dos governos estaduais da região".

Dom Aparecido finaliza o depoimento colocando em dúvida os arroubos nacionalistas de certas autoridades e refutando o argumento de setores que afirmam que a demarcação das terras indígenas visa a impedir o acesso do País às suas riquezas. "Desde quando o cumprimento de normas legais e constitucionais constitui ameaça ao País? Será que estes setores não leram a Constituição? A demarcação dos territórios indígenas formaliza os limites do domínio do Estado brasileiro sobre esses territórios", acrescenta.